

Comitê

JORNAL DO BRASIL

JAILTON DE CARVALHO

BRASÍLIA - Representantes do Comitê Brasileiro de Apoio ao Tibete encaminharam ao presidente Fernando Henrique Cardoso uma carta de apelo para que o governo brasileiro vote, na reunião da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas que está sendo realizada em Genebra, a favor do estabelecimento de um grupo internacional para investigar as denúncias de abusos cometidos pelas autoridades chinesas no Tibete. O documento, assinado pelo arcebispo dom Paulo Evaristo Arns e pelo rabino Henry Sobel, entre outros, foi entregue ao secretário nacional de

pró-Tibete apela a FH

Direitos humanos

02 ABR 1998

Direitos Humanos, José Gregori.

O Tibete, um território com seis milhões de habitantes, foi ocupado pela China em 1950 e desde então, conforme o comitê, sua população vem sendo vítima de "violenta e sistemática" repressão por parte do governo chinês. Pelos cálculos da organização, em quase cinco décadas, mais de um milhão de tibetanos foram mortos e 1.100 estão presos por motivos políticos. "Não há liberdade religiosa e de pensamento no Tibete", afirmou Arnaldo Bassoli, um dos integrantes do comitê. Segundo ele, os tibetanos que se opõem ao regime chinês são perseguidos, torturados e mortos em suas casas ou até em monastérios.

Tabu - "É como se, no Brasil, desaparecessem todo dia dois Vladimir Herzog", disse Manoel Vidal, outro representante do comitê, numa referência ao jornalista morto em meados da década de 70. A morte de Herzog chocou a opinião pública e fortaleceu o movimento pela redemocratização no Brasil. A rodada de negociações da ONU começou em 16 de março e terminará no dia 24 deste mês. O comitê reivindica que, durante essas reuniões, o governo brasileiro quebre um tabu de sete anos e vote a favor da moção para investigar as arbitrariedades cometidas pelo governo chinês contra os rebeldes tibetanos.

A reunião com José Gregori foi

considerada, no entanto, pouco promissora. Segundo Manoel Vidal, Gregori disse que a questão tinha que ser "analisada num contexto mais amplo". O governo brasileiro pretende intensificar as relações comerciais com a China e não gostaria que estes esforços fossem prejudicados por divergências de natureza política. "Isso é um absurdo", criticou Manoel, depois de lembrar que o Brasil é signatário da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos Cruéis e do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. "Não entendo como é possível o governo pôr os interesses comerciais acima dos direitos humanos", afirmou Arnaldo Bassoli.